

Salvador teve 1,5 mil de pessoas ocupadas no 4º tri de 2018

PESQUISA A população ocupada em Salvador foi estimada em 1.509 milhão de pessoas no quarto trimestre de 2018, um aumento de 41 mil ocupados em relação ao trimestre anterior, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada sexta-feira (22). Salvador liderou o ranking com a maior variação absoluta no número de ocupados, seguida de São Luís, com 28 mil, Goiânia, 17 mil, e Recife e Porto Alegre, empatados com 16 mil cada uma. No comparativo do quarto trimestre de 2018 com o mesmo período de 2017, foi registrado um au-

mento de 4 mil novos ocupados. Esse indicador abrange tanto os ocupados formais quanto os informais. "Esses números são resultado do trabalho intensivo da prefeitura para transformar Salvador, ativando a economia e criando fontes de geração de renda. Por meio das ações do programa Salvador 360, em seus diversos eixos, temos conseguido estimular os investimentos na cidade e promover o desenvolvimento econômico. Estamos no caminho certo e vamos continuar seguindo esse passo", afirma o secretário municipal de Desenvolvimento e Urbanismo, Sérgio Guanabara.

CARNAVAL DE RUA DE SÃO PAULO

16,1MI

de reais serão investidos pela Arouco (subsidiária da Ambev) no patrocínio

1,9 BI

de reais será movimentado pela folia com a venda de produtos e serviços

Justiça suspende Assembleia de acionistas da Embraer

SÃO PAULO O juiz federal Victorio Giuzio Neto, da 24.ª Vara Cível Federal de São Paulo, concedeu, sexta-feira, liminar para suspender a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Embraer que irá votar a proposta de fusão da empresa com a Boeing, "até que as irregularidades legais apontadas sejam esclarecidas". A AGE está prevista para a próxima terça-feira. A decisão é relativa a uma ação civil pública movida por diversas entidades sindicais e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Sindicalistas temem demissões em massa na com-

panhia. A ação movida pelos sindicatos pede que seja declarada a nulidade do negócio entre as duas empresas, por suposta violação às garantias previstas na golden share detida pelo governo federal. A ação especial exige que o Estado brasileiro conceda seu aval a operações relevantes na companhia. Essa autorização, porém, já foi dada pelo governo. A fusão da Embraer com a Boeing, acertada em julho de 2018, foi aprovada pelo governo Bolsonaro em janeiro. O acordo prevê a venda de 80% da área de jatos comerciais da brasileira à america-

na, mediante o pagamento de US\$ 4,2 bilhões (cerca de R\$ 15,8 bilhões). O contrato determina a criação de uma nova companhia, na qual a Boeing terá 80% de participação e a brasileira, 20%. As áreas de defesa e de aviões executivos continuarão com a Embraer. O acordo entre as partes também determina que a Embraer terá, como sócia minoritária, impacto limitado nas decisões da nova joint venture. A cadeira concedida à brasileira no conselho de administração do novo negócio terá caráter consultivo, sem poder de veto.

FORD MANTÉM EMPREGOS NO ABC PAULISTA ATÉ NOVEMBRO

INDÚSTRIA Apesar de ter anunciado o fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo (ABC) ao longo de 2019, a Ford não deve demitir os funcionários antes de novembro. A assessoria de imprensa da montadora confirmou que honrará o acordo coletivo em vigência até essa data, que garante a estabilidade do emprego a todos os trabalhadores da unidade (incluindo a área administrativa). O anúncio do fechamento da planta de

São Bernardo (feito pela multinacional na última terça) faz parte de um plano de reestruturação global e impacta uma cadeia produtiva

estimada em 24 mil trabalhadores, dentre os quais estão 2.800 funcionários diretos da unidade, segundo o sindicato e o Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos). Os diretores da montadora reiteraram a preservação dos empregos em reunião com o governador João Doria, na qual o Estado se comprometeu a buscar um comprador para a unidade. As demais fábricas da Ford no país serão mantidas.

2.800

funcionários da unidade de São Bernardo do Campo serão demitidos

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A reforma em terreno minado

Três ministros do governo são do DEM, mas o DEM não se sente governo. Os dois presidentes do Congresso são desse mesmo partido e vão crescer na articulação política, principalmente o experiente Rodrigo Maia, até porque não existe espaço vazio em política. O ministro Onyx Lorenzoni tem dificuldades de diálogo com Maia, mas é o articulador civil que sobrou no Palácio. Gustavo Bebianno tinha mais canais com o confuso PSL. Esse é o quadro que analistas do próprio governo desenharam como parte da complicação de tramitação da reforma da Previdência.

Esse é um governo que já foi atingido por denúncias de irregularidades. Mesmo assim ele quer parecer diferente de todas as outras administrações na relação com o Congresso. O problema é não saber diferenciar, com precisão, o que são os recursos políticos usados numa articulação no Congresso e quais são os malfeitos que deve rejeitar. Um exemplo dado por um político foi o seguinte: o presidente Jair Bolsonaro escolheu Luiz Mandetta para ser ministro da Saúde. Se ele, antes de convidar formalmente, tivesse liga-

do para o presidente do DEM, ACM Neto, e avisado, conseguiria fazê-lo sentir-se parte da decisão. Mas Bolsonaro acha que isso é a velha articulação com os partidos que ele condena.

É natural que deputados e senadores defendam os interesses de sua base, como uma obra, um projeto, explicou um parlamentar. O errado seria haver corrupção na obra, ou ela não ser necessária. O presidente tem que saber quais os pleitos pode atender para costurar a sua base de apoio e que outros trazem os vícios do passado do qual prometeu se dissociar. A bem da verdade, os fatos recentes mostram que ele nunca se distanciou de fato da velha política.

A reforma da Previdência é

agora criticada por servidores que a consideram dura demais com eles e querem entrar na Justiça contra as alíquotas. Por outro lado, tem sido criticada por ter sido fraca com algumas categorias ou por ter inflado os cálculos do ganho. Os servidores começaram a dizer que a alíquota é de 22%. Essa é a taxa bruta para quem se aposenta com mais do que R\$ 39 mil hoje. A efetiva é menor. E esse valor de aposentadoria é alto demais para o Brasil ou qualquer país do mundo.

Daqui em diante, o projeto ficará prisioneiro de dois tipos de críticas opostas. Alguns dirão que ele é duro demais. Outros, que ele é insuficiente e favorece alguns grupos. O adiamento do projeto dos militares será usado como pretexto para quem quer

fazer corpo mole como forma de pressionar o governo na área política. Há também dúvidas jurídicas sobre o caminho escolhido de desconstitucionalizar futuras mudanças nos parâmetros da Previdência.

A reforma é, como escrevi aqui, o mais amplo projeto já apresentado ao país. Todos os presidentes tentam reformar a previdência desde o Plano Real. A diferença é que alguns quando estão na oposição são contra a reforma com argumentos demagógicos ou corporativistas. Foi o que aconteceu com Lula. Foi o que aconteceu com Bolsonaro. "Eu errei", admitiu o presidente ao entregar seu projeto e apelar ao patriotismo dos parlamentares. Errou muitas vezes, quando deputado do baixo clero. Nunca demonstrou ter capaci-

dade de ver o interesse do país num projeto de outro grupo político. Sempre agarrou-se a pautas menores, de interesse das categorias que defendia. Seu chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, foi outro adversário da última reforma.

Com todos esses passivos, o governo tentará fazer andar seu bom projeto de reforma, necessário ao país e fundamental para que outros passos sejam dados no caminho da retomada do crescimento. Por erros do governo Dilma, a dívida pública retomou o crescimento e entrou em rota perigosa. O rombo estrutural da Previdência alimenta o temor de que a dívida não será paga pelo Tesouro em algum momento. E são os títulos públicos que sustentam as aplicações financeiras de pessoas, fundos e empresas do Brasil. Fazer a reforma é reforçar a espinha dorsal da economia.

No minado terreno político brasileiro, um governo precocemente envelhecido, essa importante reforma tramitará nos próximos meses. A economia depende de que Bolsonaro, o improvável reformador da Previdência, tenha sucesso em sua missão.